



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Redeclenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024

O ESTÁGIO ENQUANTO TRABALHO: CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO PELOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Fabiana Bezerra da Silva¹; Ivan Faria²

1. Bolsista – PIBIC-Af/CNPq, Graduanda em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

silvafbs2011@gmail.com

2. Orientador, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ivanfaria@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: estágio não obrigatório; trabalho; Pedagogia.

INTRODUÇÃO

Historicamente o ensino superior brasileiro sempre foi seletivo e elitista, excluindo de seu ingresso a população mais pobre. Com as políticas de democratização de acesso, sobretudo, a partir dos anos 2000, jovens oriundos de camadas sociais menos favorecidas economicamente puderam ingressar na universidade em número mais significativo (Vargas, Paula, 2013; Paula, 2017), implicando novos desafios para a permanência, nos âmbitos intelectuais, institucionais e socioeconômicos (Sampaio, Santos, Carvalho, 2015). Como as políticas de assistência estudantil são insuficientes para atendê-las, muitos estudantes recorrem a trabalhos ou estágios não obrigatórios remunerados, para garantir sua subsistência e manutenção na universidade.

Segundo a Lei nº 11.788/2008, os estágios podem ser de natureza obrigatória ou não obrigatória, em que os primeiros integram a estrutura curricular dos cursos de licenciatura, enquanto os segundos podem ser uma escolha do aluno, seja por motivos financeiros, seja para ampliar seus conhecimentos em contextos de futura atuação profissional (Paiva, Costa, 2017).

Do ponto de vista trabalhista, o estágio pode ser entendido como uma relação de trabalho *lato sensu*, que apesar de conter elementos de uma relação de emprego, diferencia-se por sua finalidade preponderantemente educativa (Batista, Kool, 2014).

De acordo com a Lei nº 11.788/2008, o estágio deve ter objetivo formativo e muitas vezes é um primeiro contato mais efetivo com a atividade profissional, sendo decisivo para a identificação positiva ou negativa do estudante com a profissão. Assim, se por um lado o estágio não obrigatório auxilia sua manutenção financeira na universidade e o aproxima da realidade de sua futura área de atuação; por outro, a depender das condições de trabalho e de conciliação com os estudos, pode prejudicar sua formação. Muitas vezes, o estágio é percebido pelo estudante como um trabalho, notadamente quando passa a assumir regência de turmas, atendimento às famílias, etc., assumindo responsabilidades para além de sua finalidade pedagógica, configurando um processo de precarização do trabalho docente e exploração do estagiário (Demschinski, Flach, 2022).

Por outro lado, o estágio remunerado traz importantes contribuições para a formação inicial do professor, possibilitando ao estudante aprender e desenvolver as habilidades necessárias para a constituição de sua identidade docente. Esta, segundo Galindo (2004), trata-se de um processo em que o indivíduo se constrói como sujeito, no bojo de relações sociais, dos papéis exercidos e de como é reconhecido pelos outros. Assim, o indivíduo define a sua identidade pessoal e a social, sendo que esta última é compartilhada por integrantes de uma mesma categoria, na qual a identidade profissional se insere.

Segundo Dubar (2012), a construção da identidade profissional não envolve apenas de agregar conhecimentos, mas também um processo de se definir e de se projetar no futuro, a partir da partilha de uma cultura de trabalho profissional. Para Flores (2015), o tornar-se professor é multidimensional (abrange vários conhecimentos e habilidades), idiossincrático (ligado às experiências peculiares do sujeito) e contextual (influenciado pelo ambiente em que atua), articulando distintas visões, crenças e práticas. Nessa ótica, a identidade serve como parâmetro para o indivíduo formar suas próprias representações sobre como ser professor, como proceder e entender seu trabalho e o seu papel social.

O presente trabalho investiga experiências de estágio não obrigatório entre estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e indaga em que medida ele é vivenciado como um trabalho. A escolha desse público se deu, por serem os cursos de licenciatura normalmente compostos por alunos oriundos de classes populares (Veras, Silva, 2020), que muitas vezes constroem estratégias para sobreviver e a se manterem na universidade, incluindo a necessidade de estagiar. O estudo tem por objetivo geral investigar as condições de realização e os significados atribuídos ao estágio não obrigatório enquanto trabalho entre estudantes de Pedagogia, enquanto os objetivos específicos são: a) abordar a importância e o significado do estágio não obrigatório para o estudante; b) conhecer as condições em que se dá esse estágio, no tocante à carga horária, escopo das atividades, responsabilidades assumidas, supervisão e respeito à legislação vigente; e c) analisar como a experiência do estágio não obrigatório contribui para a construção da identidade profissional.

METODOLOGIA

A proposta metodológica adotada é de natureza qualitativa realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com estudantes do curso de Pedagogia da UEFS, visando conhecer suas experiências e visão sobre o estágio como um trabalho, e foram aplicadas no primeiro semestre de 2024. Foram selecionados cinco estudantes que cursavam os 7º e 8º semestres, e que estavam realizando ou já haviam concluído estágios remunerados, em órgãos públicos ou privados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as entrevistas, apurou-se que duas discentes estagiavam em escolas da rede privada, uma estagiou em instituição privada filantrópica, e duas estagiaram em escolas da rede pública municipal de Feira de Santana. Em geral, a infraestrutura física das escolas privadas costuma ser boa e o valor da bolsa superior ao das escolas públicas. Por outro lado, o controle dessas instituições sobre o estagiário é bem maior, sem flexibilidade de horário, nem mesmo no período de avaliações acadêmicas, exigindo maior engajamento na execução das tarefas. Em todas as escolas a jornada era vespertina, e não excediam a

seis horas diárias, mas no caso das escolas privadas parte da carga horária era noturna, e uma das estagiárias relatou que era obrigada a “bater ponto”, participar de reuniões que às vezes extrapolavam sua carga horária, e se faltasse sofria desconto no valor da bolsa, situação que caracteriza um desvirtuamento do contrato de estágio, podendo ensejar no reconhecimento de vínculo de emprego previsto na lei de estágio (Garbi, 2013). Uma escola pública não tinha coordenador pedagógico, sendo a diretora que realizava a função de planejamento; em duas escolas não havia qualquer supervisão ou acompanhamento das atividades de estágio.

Constatou-se que duas entrevistadas desempenhavam a função de professor regente, enquanto as demais auxiliavam os professores e eventualmente a gestão, acompanhando os alunos nas atividades. Cansaço, falta de tempo e dificuldade para conciliar o estágio com os estudos, foram os principais obstáculos levantados pelas estudantes, cuja rotina se resumia em frequentar as aulas da UEFS pela manhã, estagiar à tarde, e dispor somente da noite para estudar, embora algumas também tentassem estudar nos finais de semana. Como estratégia para conciliar estágio e estudo, duas entrevistadas sacrificavam o descanso noturno para poderem estudar; já outra entrevistada aproveitava para estudar nos momentos vagos no próprio local de estágio; e outras duas discentes não tinham estratégia, seguindo conforme a demanda.

Identificou-se, em linhas gerais, que as estudantes enxergavam o estágio remunerado como um trabalho, seja pela necessidade da remuneração, pela responsabilidade e demanda diária de tarefas, ou mesmo pela obrigatoriedade de se adaptar à realidade da instituição de estágio. Não obstante as exigências, responsabilidades e o desgaste, reconheceram que o estágio é importante para a confirmação da escolha profissional, independentemente da remuneração, pois é um espaço que proporciona muitas experiências e aprendizagens. Uma delas declarou que “o estágio é o divisor de águas” especialmente para o estudante de Licenciatura em Pedagogia, pois é a partir dele que o discente vai decidir se realmente é a área ou carreira que deseja seguir em sua futura trajetória profissional.

Apesar das dificuldades, do cansaço, da falta de tempo para estudo e lazer, todas afirmaram que vale à pena estagiar, seja porque contribui para a formação geral e oportuniza aliar teoria e prática, seja porque permite conhecer o campo e vislumbrar a futura inserção profissional. O estágio também contribui para a construção da identidade profissional porque humaniza, proporciona aprendizagem com profissionais mais experientes. No que se refere às experiências negativas, o estagiário tem a chance de conhecer e avaliar aquilo que não coaduna com os objetivos de um trabalho educativo mais qualificado em termos pedagógicos e políticos. Uma das entrevistadas acredita que a identidade profissional é construída cotidianamente no ambiente de estágio, oferecendo elementos para construir o conceito do que é ser professor, o modo de se conduzir e entender seu trabalho e seu papel na sociedade, conforme destaca Flores (2015).

A partir da avaliação que as pesquisadas fizeram sobre a Educação depois de estagiarem, destacou-se dentre os aspectos levantados: que o professor deve procurar “fazer a diferença”, preocupar-se com sua formação para melhor desempenhar seu trabalho; agir com profissionalismo, assumindo compromisso político; e que as outras áreas (Psicologia, Fonoaudiologia, etc.) devem atuar em conjunto com a Pedagogia, porque a educação é um trabalho coletivo, não sendo tarefa apenas do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios e dificuldades enfrentadas para conciliar o estágio remunerado com os estudos, as estudantes acreditam que ele contribui para sua formação e humanização, ajudando-as na construção da identidade profissional, oportunizando a articulação da teoria com a prática e a projeção da futura inserção profissional.

Nas experiências registradas, há diferenças importantes quanto ao valor da remuneração pago por instituições públicas e privadas e nas responsabilidades atribuídas às estagiárias (em alguns casos sem qualquer supervisão), que implicam desgaste e a falta de tempo, com consequente comprometimento do desempenho acadêmico e atraso na formação. Apesar disso, verificou-se que as discentes possuem expectativas positivas sobre sua futura carreira profissional, expressando o desejo de permanecerem na área de educação. Para concluir, como medida para melhorar as condições de estágio e garantir o respeito à lei e fomentar a construção da identidade profissional docente sem comprometer a qualidade da formação universitária, propõe-se que haja um efetivo acompanhamento por parte da instituição de ensino superior e uma maior fiscalização pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, É. S.; KOOL, S. L. H. O desvirtuamento do contrato de estágio no serviço público. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 9, n. 1, p. 142-168, 2014.
- DEMSCHINSKI, S. C.; FLACH, S. F. Exploração discente: contradições do estágio não obrigatório em cursos de Pedagogia. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 34, p. 191-206, 2022.
- DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 351-367, mai./ago. 2012.
- FLORES, M. A. Formação docente e identidade profissional: tensões e (des) continuidades. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 138-146, jan./abr. 2015.
- GALINDO, W. C. M.. A construção da identidade profissional docente. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 24, n. 2, p. 14-23, 2004.
- GARBI, Felipe Abdalla. DESVIRTUAMENTO DO CONTRATO DE ESTÁGIO. **Noventa anos de compromissos Sempre Renovados com a Educação**, p. 161-192, 2013.
- PAIVA, M. C. L.; COSTA, L. D. P. F. O estágio não obrigatório no contexto da formação inicial do pedagogo. **Textura**, v. 19, n. 41, p. 114-134, set./dez. 2017.
- PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.
- SAMPAIO, S.M.R.; SANTOS, G.G.; CARVALHO, A. (org.). **Observatório da vida estudantil: avaliação e qualidade do ensino superior**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**, Sorocaba, n. 18, p. 459-485, 2013.
- VERAS, R. M.; SILVA, D. L. A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil é um instrumento de justiça social? Possibilidades e desafios na formação de professores. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-18, jul./set. 2020.